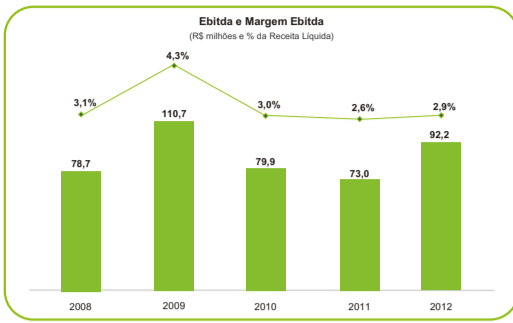




RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DE 2012

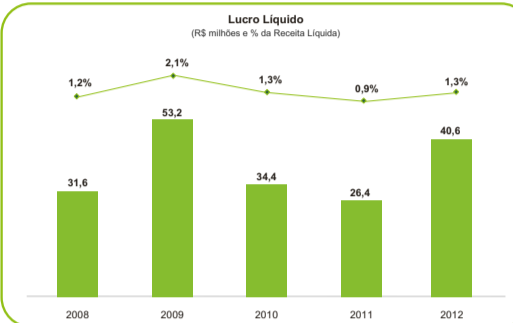


Resultado Financeiro

As despesas financeiras líquidas no ano de 2012 alcançaram R\$ 28,6 milhões, redução de R\$ 2,6 milhões quando comparadas ao ano de 2011. Esta queda está relacionada à redução nas despesas financeiras bancárias de R\$ 2,9 milhões, devido à, principalmente, redução na média das taxas de juros de 26,6% no ano de 2012.

Lucro Líquido

O lucro líquido da Companhia alcançou R\$ 40,6 milhões, em 2012, correspondente a 1,3% da receita operacional líquida, o que significa incremento de 53,6% em relação ao ano anterior, quando registrou-se o montante de R\$ 26,4 milhões (margem líquida de 0,9%). O resultado está ligado ao aumento da margem operacional da Companhia no período, que atingiu 2,6% da receita operacional líquida, o que representa acréscimo de R\$ 21,6 milhões no resultado operacional em relação ao ano anterior.



Endividamento

A posição da dívida líquida da Profarma ao final de 2012 era de R\$ 169,3 milhões, crescimento de R\$ 50,4 milhões em relação a dezembro de 2011, quando somou R\$ 118,9 milhões. O aumento está relacionado principalmente aos desembolsos realizados para as aquisições de Prodiel (R\$ 13,7 milhões) e ArpMed (R\$ 6,3 milhões). A relação dívida líquida EBITDA da companhia no ano de 2012 atingiu 1,8x, em linha com a expectativa da empresa para o ano.

	Endividamento*		Composição da Dívida de Longo Prazo*	
	31-Dez-12	31-Dez-11	31-Dez-12	31-Dez-11
Disponibilidades	49.327	22.888	Ano 2012	-
Dívida de curto prazo	138.537	44.433	Ano 2013	24.554
Dívida de longo prazo	80.078	97.392	Ano 2014	31.667
			Ano 2015	29.033
			Ano 2016	18.779
Dívida líquida	169.288	118.937	Total	80.078
				97.392

* Inclui Instrumentos Financeiros

Fluxo de Caixa

Resumo do Fluxo de Caixa			
(R\$ Milhões)	2012	2011	Var. %
Fluxo de Caixa (Aplicado) / Gerado nas Ativ. Operacionais	8,9	30,6	-70,8%
Geração Interna de Caixa	89,4	67,1	33,2%
Variação Ativos Operacionais	(80,5)	(36,5)	-120,6%
Duplicatas a Receber	(66,8)	(75,3)	11,3%
Estoque	(9,6)	(31,6)	69,5%
Fornecedores	62,5	67,2	-7,0%
Outros	(66,5)	3,3	-
Fluxo de Caixa (Aplicado) nas Ativ. de Investimento	(11,3)	(16,7)	32,3%
Fluxo de Caixa (Aplicado) / Gerado nas Ativ. de Financiamento	28,8	(2,7)	-
Acrescimo / (Decréscimo) Líquido de Caixa	26,4	11,2	135,1%

No ano de 2012, as disponibilidades da Cia aumentaram em R\$ 26,4 milhões, principalmente em função dos recursos gerados nas atividades operacionais de R\$ 8,9 milhões, R\$ 28,8 milhões gerados nas atividades de financiamento, compensados por R\$ 11,3 milhões aplicados nas atividades de investimento.

Em 2012, dando continuidade na busca pela otimização de seu capital de giro, a Profarma reduziu o ciclo de caixa consolidado em 1,7 dias, atingindo 46,3 dias. Este é o menor número registrado desde 2006, e está em linha com os objetivos de redução das necessidades de capital de giro da Companhia. Os recursos gerados nas atividades operacionais, R\$ 8,9 milhões, foram decorrentes de uma geração de caixa interna positiva de R\$ 89,4 milhões, consumidos parcialmente pela variação negativa dos ativos operacionais de R\$ 80,5 milhões.

A geração interna de caixa, de R\$ 89,4 milhões, foi 33,2% maior que a registrada no ano anterior, principalmente em função do aumento do Lucro Líquido em R\$ 14,2 milhões. A variação negativa dos ativos operacionais de R\$ 80,5 milhões foi devida, em grande parte, pelo aumento no saldo de duplicatas a receber e no saldo de estoques, no valor de R\$ 66,8 milhões e 9,6 milhões, respectivamente, compensados pelo crescimento no saldo de fornecedores, de R\$ 62,5 milhões. Os recursos aplicados nas atividades de investimento, de R\$ 11,3 milhões, foram devidos principalmente à máquinas, equipamentos e hardwares.

Recursos Humanos

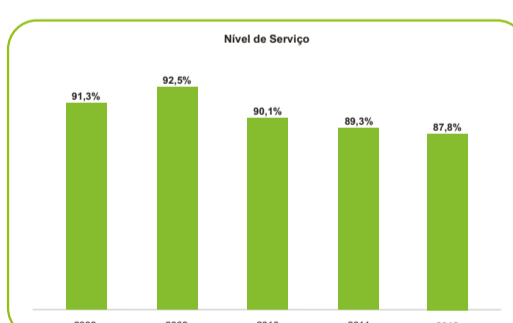
Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía 2.860 colaboradores. Adicionalmente, contávamos com 160 representantes comerciais, cujas atividades são voltadas à venda e prospecção de novos clientes.

DESEMPENHO OPERACIONAL | CONTROLADORA

A análise do desempenho operacional da Profarma está focada em alguns indicadores que fazem parte do dia-a-dia da Companhia, e estão diretamente relacionados às demandas do varejo, com o intuito de buscar melhorias na qualidade dos serviços, buscando maior fidelização de nossos clientes.

Nível de Serviço

Este indicador mede o percentual de unidades atendidas em relação às unidades demandadas pelos clientes. É um dos fatores fundamentais para a escolha de um distribuidor, pois, quanto maior a capacidade da Companhia em realizar o atendimento, menor o trabalho do cliente para realizar seus pedidos em mais de um distribuidor, fato que ocasiona, muitas vezes, a perda de vendas e poder de barganha na negociação individual com cada fornecedor. Na comparação do ano de 2012 com 2011, houve decréscimo de 1,5 ponto percentual, atingindo 87,8% ante 89,3% realizado em 2011. Tal redução está relacionada ao nível de atendimento abaixo do esperado de alguns fornecedores.

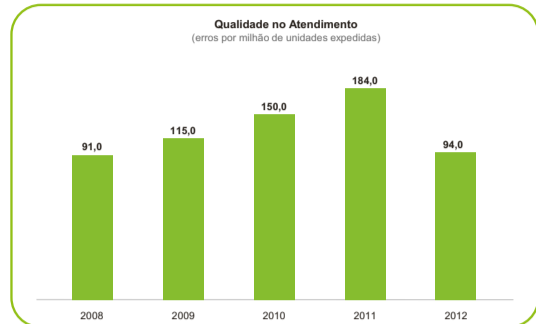


Qualidade no Atendimento (E.P.M.)

Este indicador mede o número de erros cometidos por milhão de unidades expedidas. É de grande relevância para os clientes, pois sua evolução diminui a quantidade de retrabalhos necessários para acertar o pedido, além de reduzir o risco adicional de perda de venda pelo produto não ter sido entregue corretamente.

Neste indicador, estão refletidos todos os investimentos no processo de separação automática de nossos centros de distribuição, assim como na administração e controle de produção, mesmo em processos manuais.

Na comparação do ano de 2012 com o ano anterior, o indicador apresentou expressiva redução na quantidade de erros por milhão de 48,9%, chegando a 94,0 E.P.M frente a 184,0 em 2011. Tal comportamento está relacionado às mudanças introduzidas no processo de conferência dos principais Centros de Distribuição da Companhia ao longo do segundo trimestre de 2011, no sentido de se obter melhor relação custo/benefício. Inicialmente, houve um período de adaptação, para em seguida obterem-se as melhorias esperadas.

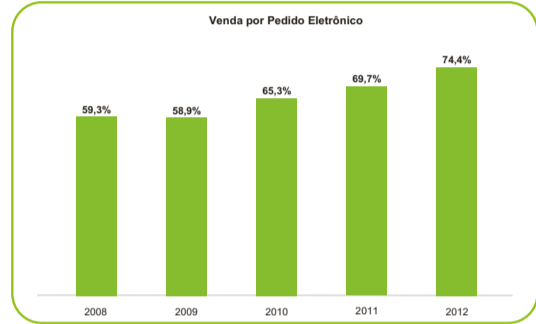


Venda por meio de Pedido Eletrônico

Tal indicador mede a parcela das vendas recebidas por meio eletrônico e tem como objetivo agilizar e melhorar a qualidade do processo de captura de pedidos, assim como reduzir as despesas com telemarketing, dado que o tempo médio despendido em um pedido eletrônico é 50% inferior ao de um pedido realizado pelo telefone.

O serviço permite ao cliente, entre outras vantagens, receber imediatamente o retorno das quantidades atendidas e um espelho da nota fiscal para que o processo de entrada dos produtos seja mais rápido e sem erros.

No ano de 2012, as vendas por meio de pedido eletrônico bateram recorde e alcançaram 74,4% do total das vendas, crescimento de 6,7% ou 4,7 pontos percentuais em relação a 2011.



INVESTIMENTO

Os investimentos no ano somaram R\$ 10,8 milhões, crescimento de R\$ 1,4 milhão se comparado com 2011, quando o total do investimento foi de R\$ 9,3 milhões. Os investimentos na Profarma foram direcionados à máquinas, equipamentos e hardwares, com desembolso de R\$ 5,3 milhões no período.

MERCADO DE CAPITAIS

Performance da Ação

Mesmo diante de fortes oscilações no mercado de renda variável, devido à instabilidade do ambiente internacional, o mercado de renda variável no Brasil se recuperou no segundo semestre do ano. Após acumular queda de 7,5% até junho, o Índice Bovespa encerrou 2012 com alta acumulada de 7,4%, melhor resultado desde 2009. Descoladas do Ibovespa, as ações da Profarma (BM&FBOVESPA: PFRM3) tiveram um 2012 extremamente positivo. Os ativos encerraram o ano cotadas a R\$ 14,50, com alta de 34,9% em relação ao ano anterior, com volume financeiro médio de R\$ 1,08 milhão, alta de 89,3% em comparação a 2011.

A Companhia encerrou o ano com valor de mercado de R\$ 486,4 milhões, com free float de 43,6% ao fim do ano fiscal.

Recuperação de Ações

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 10 de dezembro de 2012, aprovou novo programa de recompra de ações, válido até dezembro de 2013. O mesmo tem como objetivo maximizar a geração de valor aos acionistas, reduzindo a base acionária sem reduzir o capital, diminuindo assim a dispersão da distribuição dos resultados, tendo como base a cotação das ações na BM&FBOVESPA.

Este é o sexto programa de recompra de ações da Profarma, para a aquisição de 335.000 ações ordinárias. A Companhia encerrou em novembro o quinto programa de recompra, que havia sido iniciado em novembro de 2011, com a aquisição de 932.700 ações. Até o dia 31 de dezembro de 2012, a Companhia não havia adquirido nenhuma ação neste novo programa.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Criado em novembro de 2006, o Instituto Profarma de Responsabilidade Social tem como missão ajudar a criar uma sociedade mais justa e solidária, através de projetos voltados para a democratização da saúde e da educação.

Neste sentido, o Instituto tem desenvolvido ações de abrangência local e nacional, despertando uma nova consciência social e alcançando expressivos resultados. Consciente de que nada se constrói sozinho, e de que muito ainda há de ser feito, o Instituto conta com importantes parcerias e colaboradores em suas campanhas.

O principal alvo do instituto são crianças portadoras de doenças crônicas. Os grandes projetos desenvolvidos em 2012, com cerca de 10.000 doações realizadas a crianças carentes com Fibrose Cística, Neoplasia, Aids, Osteogênese Imperfeita e Diabetes, foram concentrados nos estados onde estão presentes os Centros de Distribuição da Profarma.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Companhia está no segmento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, nível onde estão listadas as empresas comprometidas com as melhores práticas de governança corporativa no mercado nacional. A Profarma confere direitos adicionais a todos os acionistas, como o direito de venda de suas ações por 100% do valor pago (tag along) de 100%.

Dentro das práticas de governança corporativa, a Companhia obedece a um período de silêncio nos 15 dias antecedentes à divulgação dos resultados, garantindo a uniformidade quanto à divulgação das informações financeiras ao mercado.

O Conselho de Administração é composto por cinco membros, dos quais dois são independentes, e a Diretoria Executiva é composta por 2 membros.

Em abril de 2012 foi instalado o Conselho Fiscal da Companhia, atualmente constituído de 3 membros efetivos, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária.

CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA DE ARBITRAGEM

Em conformidade com o Estatuto Social, capítulo VIII, artigo 52, a Companhia, seus acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal (quando instalado), obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A autorização para conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração em 25 de março de 2013.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos seus auditores independentes visa a assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se baseiam nos princípios que preservam a independência do auditor. Durante o exercício de 2012, não foram contratados com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, serviços não relacionados à auditoria externa.

AGRADECIMENTOS

Nossos agradecimentos aos acionistas, clientes, fornecedores e, principalmente, aos colaboradores pelo esforço e dedicação que nos levaram a alcançar excelentes resultados nestes últimos anos.

A administração

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)					
	Nota	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
		2012	2011	2012	2011
Operações Continuadas					
Receita	24	2.931.835	2.735.048	3.233.057	2.809.779
Custos das Vendas		(2.770.930)	(2.582.550)	(3.028.320)	(2.646.099)
Lucro bruto		160.905	152.498	204.737	163.680
Despesas Gerais e administrativas.....	27	(73.192)	(61.611)	(87.021)	(64.256)
Despesas Comerciais e marketing.....	27	(60.342)	(54.956)	(68.788)	(56.562)
Despesas Logística e distribuição.....	27	(90.503)	(81.687)	(100.822)	(83.646)
Despesas Depreciação e amortização.....		(6.946)	(6.283)	(7.860)	(6.445)
Receita serviços a fornecedores.....		150.138	123.920	150.579	123.920
Outras receitas/despesas operacionais.....		(6.591)	(13.686)	(6.437)	(13.912)
		(87.436)	(94.303)	(120.349)	(100.901)
Receitas financeiras.....	25	9.457	10.836	10.238	10.986
Despesas financeiras.....	25	(35.522)	(41.201)	(38.852)	(42.175)
Resultado de equivalência patrimonial.....		3.393	2.132	-	-
Lucro antes de impostos	14	50.797	29.962	55.774	31.590
Imposto de renda e contribuição social - corrente.....	21	(4.124)	(4.719)	(7.040)	(5.575)
Imposto de renda e contribuição social - diferido.....	21	(6.087)	1.177	(6.450)	1.177
		(10.211)	(3.542)	(13.490)	(4.398)
Lucro do Exercício	22	40.586	26.420	42.284	27.192
Lucro Atribuível a:					
Proprietários da Controladora.....		40.586	26.420	40.586	26.420
Participações não Controladoras.....		-	-	1.698	772
Lucro por ação:					
Básico (reais por lote de mil ações).....	23	1,248	0,793	1,248	0,793
Diluído (reais por lote de mil ações).....	23	1,234	0,770	1,234	0,770
		As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Valores Expressos em milhares de Reais)					
	Nota	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
		2012	2011	2012	2011
Lucro do exercício		40.586	26.420	42.284	27.192
Resultado Abrangente Total do Exercício		40.586	26.420	42.284	27.192
Resultado Abrangente Total Atribuído a:					
Proprietários da Controladora.....		40.586	26.420	40.586	26.420
Participações não Controladoras.....		-	-	1.698	772
		As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

Senhores Acionistas,
A Profarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos SA submete à apreciação de seus acionistas o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras Societárias Individuais e Consolidadas, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 2011, que contemplam as práticas contábeis internacionais conforme o *International Financial Reporting Standards* (IFRS), os pronunciamentos emitidos pelo CPC aplicáveis às suas operações e normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM vigentes para o exercício de 2012.

As informações não contábeis apresentadas neste Relatório não foram revisadas pelos auditores independentes.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Diante do cenário de grande incerteza preponderante no primeiro semestre de 2012, em relação à solidez das economias mundiais, o ano se mostrou decepcionante para a maioria dos setores. A lentidão na recuperação norte americana, a desaceleração chinesa e o agravamento da crise europeia refletiram diretamente no desempenho da economia nacional. As políticas anticíclicas não foram suficientes para reverter tal quadro.

Com isso, o PIB brasileiro registrou a tímida elevação de 0,9%, acompanhado pelo maior recuo da renda *per capita* registrado em uma década e pelo menor ritmo de crescimento do número de trabalhadores com carteira assinada, 3,7% em 2012. No ano, a inflação se mostrou como importante fator de preocupação para o Governo, com o IPCA encerrando o ano em 5,8%, acima do centro da meta definida pelo CMN.

No sentido inverso, o mercado farmacêutico brasileiro cresceu 15,8% no ano, segundo dados do IMS Health, com faturamento de R\$ 49,6 bilhões. A alta nas vendas foi impulsionada, principalmente, pelo crescimento de 17,0% na venda de medicamentos genéricos.

Aproveitando-se do bom momento do setor e da atuação pautada em sua estratégia de crescer com rentabilidade, a Profarma apresentou, no ano de 2012, receita líquida de R\$ 3,2 bilhões, 15,1% superior aos R\$ 2,8 bilhões apurados no ano de 2011. O lucro líquido ficou 53,6% acima do apurado no ano anterior, R\$ 40,6 milhões, frente R\$ 26,4 em 2011.

Pelo quarto exercício consecutivo, o ciclo de caixa da Companhia apresentou redução, e atingiu 46,3 dias. A queda de 1,7 dias representou economia de capital de giro na ordem de R\$ 21,6 milhões. Vale ressaltar o aumento de 26,4% no Ebitda da Profarma, atingindo R\$ 92,2 milhões, alcançando margem Ebitda de 2,9% em 2012. A criação de valor para os acionistas também veio pela valorização das ações, que encerraram o ano com 34,9% de valorização, cotadas a R\$ 14,50, enquanto que o Ibovespa se valorizou 7,4%.

Após a Profarma ter concluído sua expansão geográfica, assumindo uma importante posição na distribuição farmacêutica do país, ter diversificado seu portfólio de produtos e clientes através de aquisições que viabilizaram sua entrada no mercado público e de especialidades, o ano de 2013 marca o início da terceira etapa estratégica da companhia: a entrada no varejo farmacêutico com as aquisições das redes Drogasil/Farmalife e Tamoio, ambas no Rio de Janeiro. Estas duas redes combinadas, totalizam cerca de 140 lojas e colocam a Profarma como o maior distribuidor misto do país. Tal realidade já está presente no mercado Europeu e também na América Latina.

O início desta nova etapa no plano estratégico da Companhia marca definitivamente a criação de uma empresa diferenciada no ambiente competitivo do mercado de saúde no Brasil. Estes passos reafirmam a entrada da Profarma em mercados com múltiplas oportunidades de crescimento, com margens operacionais maiores e sinergias a serem capturadas que estarão contribuindo de forma relevante para o aumento da rentabilidade.

Certos de que as conquistas nada mais são do que a base para novas metas, terminamos o ano com duplo sentimento: satisfeitos pelos resultados alcançados e aquisições efetuadas e inconformados – traço do nosso DNA “Movidos por mais, prontos para mais” – na busca de criação de valor para os acionistas. Agradecemos o apoio de todos os acionistas, clientes, colaboradores, fornecedores e parceiros. Esperamos fazer de 2013 mais um ano positivo para a Profarma no que tange à criação de valor, sem perder o foco em nossa estratégia de crescimento com rentabilidade.

Sammy Birmarcker
Diretor Presidente

DESEMPENHO FINANCEIRO | CONSOLIDADO

Receita Operacional Bruta

No ano de 2012, a receita bruta alcançou R\$ 3,8 bilhões, crescimento de 14,6% em relação aos R\$ 3,3 bilhões do ano anterior. O resultado da Controladora apresentou crescimento de 6,9% na comparação com 2011. A Prodiel, incluída na categoria hospitalar + vacinas, apresentou receita bruta de R\$ 348,3 milhões, representando um crescimento no ano de 20,4% em relação ao ano anterior. Importante ressaltar, que no 4T12, as vendas para o mercado público na Prodiel caíram 28,0% em relação ao 4T11, devido às mudanças nas administrações do setor público, relativas às eleições ocorridas em 2012. Excluindo este efeito, o crescimento do ano teria sido de 25,1%.



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Em milhares de Reais)														
	Reservas de Capital			Reservas de lucros				Atribuída a Proprietários da Controladora (Controladora BR GAAP)		Participações não Controladoras		Total (Consolidado) - IFRS e BR GAAP		
	Capital Social	Ações em Tesouraria	C.M. do Capital	Incentivos Fiscais	Reserva de Benefícios liquidados com Instrumentos de Patrimônio	Legal	Estatutária Investimento	Incentivos Fiscais	Lucros a Realizar	Dividendos Adicionais Propostos	Lucros Acumulados	Proprietários da Controladora (Controladora BR GAAP)	Participações não Controladoras	GAAP
Saldos em 01 de janeiro de 2011	395.087				1.289	10.186	19.741	79.266		2.759		508.371		508.371
Aumento em tesouraria	(850)										(850)			(850)
Plano de opções de ações					1.426						1.426			1.426
Cancelamento de ações em tesouraria														0
Aumento de capital	997										997			997
Ajuste de Exercícios Anteriores														0
Lucro do exercício											26.420			26.420
Destinação do lucro:														
Reserva legal											(1.321)			(1.321)
Reserva estatutária											1.847			1.847
Reversão de reserva de lucros a realizar														0
Dividendos propostos											(1.624)			(1.624)
Dividendos adicionais propostos											267			(2.759)
Adição de Minoritários em função de Combinação de Negócios														0
Incentivos fiscais								18.602						18.602
Saldos em 31 de dezembro de 2011 (Reapresentado)	396.084	(850)	43		2.715	11.507	21.588	97.868		3.026		531.981	9.490	541.471
Ações em tesouraria		(9.274)												(9.274)
Plano de opções de ações					1.701						1.701			1.701
Aumento de capital	1.811										1.811			1.811
Pagamentos Dividendo Adicional ano Anterior														0
Lucro do exercício											40.586			40.586
Destinação do lucro:														
Reserva legal											(2.029)			(2.029)
Reserva estatutária											3.913			3.913
Dividendos propostos											(2.641)			(2.641)
Dividendos adicionais propostos											984			(3.026)
Adição de Minoritários em função de Combinação de Negócios														0
Incentivos fiscais								27.993						(27.993)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	397.895	(10.124)	43		4.416	13.536	25.501	125.861		4.010		561.138	9.791	570.929

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional
A Profarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos S.A. é uma Companhia, de capital aberto, fundada em maio de 1961, no Estado do Rio de Janeiro, e possui como objeto social o comércio atacadista e a distribuição de produtos farmacêuticos, cosméticos e similares, produtos de perfumaria e participação no capital de outras sociedades, independentemente do setor econômico e tem como acionista controlador a empresa BMK Participações S.A. Através de sua área de logística, a Companhia distribui seus produtos nas regiões Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-oeste, alcançando cobertura de 93,5% do mercado nacional. São 12 (doze) Centros de Distribuição (CD) localizados em regiões estratégicas do país, sendo 6 (seis) totalmente automatizados e a sede corporativa no Rio de Janeiro. A controladora e suas controladas (Grupo) que executam serviços de tecnologia de informação, planejamento e controle de cargas e transporte, promoção de vendas e pesquisa de mercado, operam em conjunto, além de sua atividade principal que é a distribuição de produtos farmacêuticos. Em 24 de outubro de 2006, através do Ofício CVM/SEP/RIC/045-2006, a Companhia obteve o registro de Companhia Aberta para negociação de ações ordinárias na Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA (PFMR3).

2. Aquisição de controladas
Em 28 de dezembro de 2012 a Profarma adquiriu o controle da Arp Med S/A, adquirindo participação de 80% das ações, com direito a voto desta. A Arp Med S/A detém 100% da empresa Arp Med Services Ltda. A aquisição da ArpMed contribuiu para complementar as atividades da Profarma, que assim passa a atuar também em um segmento de mercado de produtos de alto valor agregado e também oferece soluções customizadas de logística e inteligência de mercado, por meio de duas unidades de negócios complementares que também proveem serviços à indústria farmacêutica, atuando em especialidades como nutrição, próteses, hormônios, dermatologia, oftalmologia, entre outras, ampliando suas oportunidades de crescimento. A seguir, são resumidos os tipos de contraprestações transferidas, os valores reconhecidos de ativos adquiridos e passivos assumidos (em bases provisórias) na data de aquisição e o ágio:

Contraprestação Transferida em 31/12/2012	Valor Justo
Aporte Primário	7.233
Aporte Secundário	6.828
Prêmio opção de compra	(285)
Total	13.776

Os aportes serão capitalizados da seguinte forma: Aporte primário – 40% à vista, 30% em 12 meses e 30% em 24 meses após a compra, sem correção; Aporte secundário – 50% à vista e 50% em 12 parcelas iguais e sucessivas com atualização pela variação do CDI;

Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos a valor justo	Em 31/12/2012
Caixa e equivalentes de caixa	3.495
Contas a receber e outros créditos	19.770
Estoques	5.252
Investimento	120
Imobilizado	429
Intangível	78
Carteira de clientes	5.059
Fornecedores e outras contas a pagar	(17.637)
Empréstimos e Financiamentos	(12.845)
IR Diferido	(1.762)
Provisão para contingências (*)	(4.177)
Acervo líquido - 80%	(2.218)

Ágio
Valor total da contraprestação transferida: 13.776
Valor total líquido de ativos identificáveis: (2.218)
Ágio: 15.994

O montante de ágio apurado é atribuído principalmente a expectativa de benefícios econômicos futuros provenientes da diversificação de mercado e aumento do mix de produtos comercializados aliados ao incremento na posição consolidada de mercado da Companhia. Adicionalmente à aquisição do controle por conta dos 80% de participação, a Profarma celebrou, simultaneamente, uma opção de compra dos 20% de participação remanescente, quando adquiridos, serão valorizados a um múltiplo EVM/EBITDA de 4,0x com relação aos doze meses anteriores à aquisição, além do pagamento de uma *earn-out* adicional atrelado às métricas de EBITDA e Ciclo de Caixa da ArpMed, limitado a R\$ 4.000, não provisionados de acordo com a expectativa da Companhia e não realização destes. * Detalhamento na nota explicativa nº 20.

3. Base de preparação
3.1. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC): As presentes demonstrações financeiras incluem: Demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs); Demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas de acordo com os CPCs. As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com os CPCs, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras consolidadas na avaliação dos investimentos no qual as controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial no CPCs, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo. Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado atribuído a controladora e o patrimônio líquido e resultado da entidade controladora em suas demonstrações financeiras individuais. Assim sendo, as demonstrações financeiras de cada uma das demonstrações financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas lado a lado em um único conjunto de demonstrações financeiras. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 26 de março de 2013. Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. **3.2. Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Diversas normas e emendas a normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o período encerrado em 31 de dezembro de 2012, sendo estas: IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (a) - Instrumentos Financeiros, estabelece os princípios de divulgação de ativos e passivos financeiros que irão apresentar informações úteis e relevantes para avaliação dos valores, épocas e incertezas dos fluxos de caixa futuros. IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas (b) - Demonstrações Financeiras Consolidadas, inclui nova definição de controle na determinação de quais entidades serão incluídas nas demonstrações financeiras de um grupo. A IFRS 10 substitui em parte a IAS 27 (CPC 36). IFRS 11 - Negócios em Conjunto (b) - Operações Conjuntas, prescreve a contabilização para contratos nos quais existe controle conjunto. Consolidação proporcional não será mais permitida para empreendimentos conjuntos e/ou em que haja controle compartilhado. IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades (b) - Divulgação de Participação em Outras entidades, determina as exigências de divulgação para controladas, controladas em conjunto e/ou empreendimentos conjuntos, coligadas e sociedades de propósito específico. A IFRS 12 substitui requerimentos previamente incluídos na IAS 27 (CPC 35), IAS 31 (CPC 19) e IAS 28 (CPC 18). IFRS 13 - Mensuração a Valor Justo (b) - Mensuração do valor justo - O IFRS 13 substitui as diretrizes relacionadas à mensuração do valor justo nas IFRSs existentes por uma única norma. Divulgações mais extensas serão necessárias. IFRS 9 - Entra em vigor em 1º de janeiro de 2015. IFRS 10, 11, 12 e 13 - Entram em vigor em 1º de janeiro de 2013. A Companhia não adotou em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012 nenhuma dessas alterações de normas contábeis ou interpretações. Os respectivos impactos desses pronunciamentos e alterações ainda não foram mensurados, a administração espera que nenhum desses novos pronunciamentos tenha efeito material sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

4. Principais políticas contábeis
a. Caixa e equivalente de caixa: Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. **b. Apuração do resultado:** O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, e de que provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade, de que os custos associados à entrega desses ativos são mensurados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. O momento da transferência de riscos e benefícios acontece quando da efetiva distribuição dos medicamentos ao cliente final. A receita de venda de mercadorias é reconhecida no resultado em função da entrega destes ao cliente. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa sobre a sua realização. **c. Estimativas contábeis:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as IFRS e normas emitidas pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC) exige que a Administração elabore estimativas baseadas em julgamentos e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e suas premissas são revistas periodicamente. As revisões relacionadas a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos relacionados às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e que possuem risco de resultar em ajustes dentro dos próximos exercícios sociais incluem provisões para devedores duvidosos (Nota 8), provisões para perdas de estoques (Nota 9), provisões para contingências (Nota 20) e mensuração de instrumentos financeiros (Nota 26). **d. Instrumentos financeiros:** Instrumentos financeiros não-derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através do método de provisão para perda, quando aplicável, que não exceda o valor de mercado (líquido) no momento inicial. Os instrumentos financeiros não-derivativos são mensurados conforme descrito abaixo: **Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado:** Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma a decisão de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado. **Instrumentos mantidos até o vencimento:** São ativos financeiros não-derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem a intenção positiva e capacidade de manter os instrumentos até o vencimento. Os derivativos são mensurados pelo valor justo através do resultado. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo através do resultado. **Instrumentos financeiros não-derivativos:** Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável. **g. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente (quando aplicável, para melhor refletir o valor justo da transação). O cálculo do valor presente é efetuado com base numa taxa de juros que reflète o prazo, a moeda e o risco da transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada na receita bruta. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerada receita financeira e será apropriada ao longo do prazo de vencimento da transação. A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos. **h. Estoques:** Os estoques são avaliados com base no custo médio de aquisição, deduzido de provisão para perda, quando aplicável, que não exceda o valor de mercado (líquido realizável). **i. Investimentos:** Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em controladas

são avaliados por equivalência patrimonial. **j. Imobilizado:** Registrado pelo custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*), caso aplicável. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 15 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. **k. Ativos arrendados:** Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes a propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo conforme a Nota explicativa nº 15. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato. **l. Ativos intangíveis:** Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios, sendo eles: • Ágio apurado nas aquisições envolvendo combinações de negócios. O ágio sem vida útil definida é testado e deduzido das perdas por redução do valor recuperável acumuladas, se necessário. • Outros ativos intangíveis adquiridos com vida útil definida são amortizados pelo período de 5 anos (direitos de distribuição de produtos com a amortização de acordo com o prazo contratual também é de 5 anos). Estes ativos são mensurados pelo custo total de aquisição menos as despesas de amortização. **m. Redução ao valor recuperável de ativos - impairment:** Ativos financeiros (formado substancialmente pelo custo a receber) são avaliados individualmente para determinar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Administração não consideraria em outras transações, ou indicações de que o devedor entrará em processo de falência. A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Todos os recebíveis mantidos até o vencimento e refletidos em uma conta de provisão contra recebíveis (substancialmente o custo a receber) são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas na perda e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis (substancialmente o custo a receber). Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo (formado substancialmente pelo ativo imobilizado e intangível) são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de valor contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a unidade geradora de caixa ou UGC). Os ativos corporativos da Companhia não geram fluxos de caixa independentes. Caso haja a indicação de que um ativo corporativo demonstre uma redução no valor recuperável, então o valor recuperável é alocado para a UGC ou grupo de UGCs à qual o ativo corporativo pertence numa base razoável e consistente. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. A Companhia não identificou indicadores de perdas desses ativos nos exercícios de 2012. **n. Passivo circulante e não circulante:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são ajustados a valor presente (para melhor refletir o valor justo da transação), calculados com base em taxas de juros que reflètent o prazo, a moeda e o risco da transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada nas contas que deram origem ao passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva. **o. Provisão:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **p. Plano de remuneração baseado em ações:** O benefício concedido a administradores, através do plano de opção de compra de ações, foi valorizado com base no valor justo e é registrado em despesa em contrapartida a conta de Reserva de Capital, à medida que o prazo do período da prestação de serviço seja cumprido, de acordo com a Deliberação CVM nº 562 de 17 de dezembro de 2008. O cálculo foi efetuado utilizando-se o método binomial, Black & Scholes. **q. Subvenções governamentais:** Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do período, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições do CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais. **r. Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido):** O imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais corrente quando eles se relacionam a impostos de renda lançados na mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão reduzidos. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **s. Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuído aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, como ações emissor, nos períodos apresentados, nos termos das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais corrente quando eles se relacionam a impostos de renda lançados na mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão reduzidos. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **t. Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuído aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, como ações emissor, nos períodos apresentados, nos termos das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais corrente quando eles se relacionam a impostos de renda lançados na mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão reduzidos. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **t. Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuído aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, como ações emissor, nos períodos apresentados, nos termos das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais corrente quando eles se relacionam a impostos de renda lançados na mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão reduzidos. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **t. Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuído aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, como ações emissor, nos períodos apresentados, nos termos das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais corrente quando eles se relacionam a impostos de renda lançados na mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão reduzidos. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **t. Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuído aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, como ações emissor, nos períodos apresentados, nos termos das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais corrente quando eles se relacionam a impostos de renda lançados na mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão reduzidos. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **t. Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuído aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, como ações emissor, nos períodos apresentados, nos termos das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais corrente quando eles se relacionam a impostos de renda lançados na mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão reduzidos. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **t. Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuído aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, como ações emissor, nos períodos apresentados, nos termos das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais corrente quando eles se relacionam a impostos de renda lançados na mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão reduzidos. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **t. Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuído aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, como ações emissor, nos períodos apresentados, nos termos das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais corrente quando eles se relacionam a impostos de renda lançados na mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão reduzidos. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **t. Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuído aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, como ações emissor, nos períodos apresentados, nos termos das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais corrente quando eles se relacionam a impostos de renda lançados na mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão reduzidos. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **t. Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuído aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, como ações emissor, nos períodos apresentados, nos termos das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais corrente quando eles



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Em milhares de Reais)

	Controladora					
	Valor Contábil	Fluxo de caixa Contratual	06 meses ou menos	06 a 12 meses	01 a 02 anos	02 a 05 anos
31 de dezembro de 2011						
Passivos financeiros não derivativos:						
Empréstimos e financiamentos	130.782	164.687	9.927	34.548	62.386	57.826
Fornecedores	395.589	399.591	399.591	-	-	-
			Consolidado			
	Valor Contábil	Fluxo de caixa Contratual	06 meses ou menos	06 a 12 meses	01 a 02 anos	02 a 05 anos
31 de dezembro de 2012						
Passivos financeiros não derivativos:						
Empréstimos e financiamentos	222.631	243.454	111.182	30.855	37.677	63.740
Fornecedores	514.650	519.164	519.164	-	-	-
			Consolidado			

	Controladora					
	Valor Contábil	Fluxo de caixa Contratual	06 meses ou menos	06 a 12 meses	01 a 02 anos	02 a 05 anos
31 de dezembro de 2011						
Passivos financeiros não derivativos:						
Empréstimos e financiamentos	141.412	176.937	9.927	34.548	67.092	65.370
Fornecedores	434.546	438.664	438.664	-	-	-
			Consolidado			

	Controladora					
	Valor Contábil	Fluxo de caixa Contratual	06 meses ou menos	06 a 12 meses	01 a 02 anos	02 a 05 anos
31 de dezembro de 2011						
Passivos financeiros não derivativos:						
Empréstimos e financiamentos	141.412	176.937	9.927	34.548	67.092	65.370
Fornecedores	434.546	438.664	438.664	-	-	-
			Consolidado			

c. Risco de Mercado: Risco da Taxa de Juros: Este risco deriva do impacto das oscilações nas taxas de juros não só sobre a despesa financeira associada aos empréstimos e financiamentos, como também sobre as receitas financeiras, oriundas de suas aplicações financeiras. Este risco surge da possibilidade de existirem flutuações relevantes do CDI. A Companhia tem como indexador financeiro de suas operações a variação do CDI. Em 31 de dezembro de 2012 a dívida bruta indexada ao CDI somada a posição assumida nos swaps contratados totaliza R\$ 222.631 (R\$ 141.412 em 31 de dezembro de 2011). A Companhia considera o risco de variações da taxa CDI como fator de risco de mercado relevante. No cenário provável, considerando a expectativa de mercado conforme dados do BACEN publicados em 22/02/2013, indicavam uma taxa efetiva média estimada em 7,25% para o ano de 2012, frente à taxa efetiva de 8,62% em 31 de dezembro de 2012. Adicionalmente, em testes de sensibilidade para cenários mais rigorosos, consideramos aumentos na taxa média do CDI da ordem de 25% e 50%. Segue abaixo quadro com a análise de sensibilidade nos três cenários propostos considerando o impacto negativo no resultado, antes dos impostos, gerado pela dívida indexada ao CDI em aberto em 31 de dezembro de 2012:

Operação	Cenário provável	Cenário I - Deterioração de 25%		Cenário II - Deterioração de 50%	
		Valor	Fluxo de caixa	Valor	Fluxo de caixa
Aplicações indexadas ao CDI.....	1.827	2.284	2.740		
Empréstimos indexados ao CDI.....	(10.917)	(13.646)	(16.376)		
SWAPs indexados ao CDI.....	(1.777)	(2.221)	(2.665)		
Impacto de Juros s/ Dívida líquida indexadas em CDI ...	(10.867)	(13.583)	(16.301)		

Taxa anual estimada do CDI em 2012.....	7,25%	9,06%	10,88%
-----------------------------------------	-------	-------	--------

Operação	Cenário provável	Cenário I - Deterioração de 25%		Cenário II - Deterioração de 50%	
		Valor	Fluxo de caixa	Valor	Fluxo de caixa
Aplicações indexadas ao CDI.....	2.421	3.026	3.631		
Empréstimos indexados ao CDI.....	(12.345)	(15.431)	(18.518)		
SWAPs indexados ao CDI.....	(2.427)	(3.034)	(3.641)		
Impacto de Juros s/ Dívida líquida indexadas em CDI ...	(12.351)	(15.439)	(18.528)		
Taxa anual estimada do CDI em 2012.....	7,25%	9,06%	10,88%		

d. Risco de Taxa de Câmbio: A Companhia considera exposição à variação do Dólar um risco de mercado relevante e para mitigar este risco contratou junto aos Bancos Citibank e Safra operações de SWAP observando as mesmas datas, vencimentos e valores nominais de suas exposições passivas contratadas com a mesma instituição em moeda estrangeira, de forma a anular o risco cambial, substituindo-o pela variação percentual do CDI. A Companhia calculou as variações nos valores contabilizados dos instrumentos financeiros com risco cambial em três cenários distintos, considerando a possível variação do dólar Ptax. A Companhia utilizou na construção do cenário provável o dólar futuro para cada vencimento dos seus instrumentos financeiros, obtidos junto a BM&F Bovespa em 31 de dezembro de 2012. O swap não possui custo inicial. A operação de swap está casada com as captações em moeda estrangeira em termos de valor nominal, prazo e taxa de juros, sendo nulo seu efeito no vencimento. O resultado de swap entre a ponta ativa (dólar) e a ponta passiva (CDI), está registrada no ativo ou passivo, de acordo com a natureza do saldo. A Companhia tem por política liquidar contratos de longo prazo somente no vencimento. O efeito líquido demonstrado no quadro de análise sensibilidade em 31 de dezembro de 2012 é gerado pela diferença na forma de mensuração dos instrumentos financeiros indexados a variação cambial. Enquanto os empréstimos são reconhecidos pelo seu custo amortizado os swaps se encontram reconhecidos pelo seu valor justo conforme Deliberações 566 e 603 da CVM. Nas datas de vencimento dos empréstimos o seu custo amortizado será igual ao seu valor justo anulando completamente o efeito de variações cambiais no caixa da Companhia. A Companhia não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros de risco ou que tenham caráter especulativo. Conforme demonstrado abaixo, em nenhum dos cenários, considerando o risco da oscilação do dólar, a Companhia incorreria em perda contábil. Vide a seguir quadro demonstrativo:

Análise de sensibilidade:

Risco	Cenário I			Cenário II		
	Cenário Provável	Deterioração de 25%	Deterioração de 50%	Cenário Provável	Deterioração de 25%	Deterioração de 50%
DÓLAR						
Taxa câmbio em 31/12/2012 (a).....	2,04	2,04	2,04			
Taxa câmbio estimada para 31/12/2013 (a)	2,10	1,57	1,05			
Empréstimos em moeda estrangeira.....	(676)	6.095	12.867			
Swaps (Ponta Ativa em moeda estrangeira) ..	707	(6.380)	(13.467)			
Efeito líquido	31	(285)	(600)			

Consolidado

Risco	Cenário I			Cenário II		
	Cenário Provável	Deterioração de 25%	Deterioração de 50%	Cenário Provável	Deterioração de 25%	Deterioração de 50%
DÓLAR						
Taxa câmbio em 31/12/2012 (a).....	2,04	2,04	2,04			
Taxa câmbio estimada para 31/12/2013 (a)	2,10	1,57	1,05			
Empréstimos em moeda estrangeira	(929)	8.378	17.685			
Swaps (Ponta Ativa em moeda estrangeira) ..	973	(8.779)	(18.532)			
Efeito líquido	44	(401)	(847)			

(a) Fonte site da Bovespa - projeções.

e. Risco de preço: Considerando que o valor a ser pago pela Profarma pelos 40% da Prodiel está intrinsicamente ligado à variação do EBITDA desta, o quadro abaixo visa demonstrar os valores da opção de compra dos 40% remanescentes da Prodiel e da parcela a pagar de earn out referente a aquisição já concretizada de 60% da mesma empresa, num cenário de EBITDA maior margens 25% e 50% maiores: **Consolidado - Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade - Efeito na Variação do Valor Justo**

Operação	Risco	Cenário I 25%		Cenário II 50%	
		Valor	Fluxo de caixa	Valor	Fluxo de caixa
EBITDA - Prodiel					
Ativo					
Opção de compra - 40% Prodiel	Queda Ebtida	-	(939)	(939)	
Opção de compra - 20% Arpmid	Queda Ebtida	-	(285)	(285)	
Passivo					
Earn out - 60% Prodiel.....	Aumento Ebtida	822	1.233	2.465	

f. Risco de Capital: O Grupo gerencia seu capital com o intuito de garantir que suas empresas continuem operando de forma a proporcionar o máximo de retorno aos seus acionistas por meio da otimização de sua estrutura de capital. A estrutura de capital do Grupo consiste em captação de recursos por meio de novos empréstimos e financiamentos (Nota 18), caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, pagamentos de dividendos, reservas e lucros acumulados.

27. Despesas operacionais

	Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011
		(Reclassificado)

Despesas Gerais e administrativas		
Despesas c/ Funcionários e Serv. Terceiros.....	(48.272)	(43.800)
Despesas da Estrutura	(24.920)	(17.811)
	(73.192)	(61.611)

Despesas comerciais e de marketing		
Despesas c/ Funcionários e Serv. Terceiros.....	(35.235)	(35.490)
Despesas da Estrutura	(25.107)	(19.466)
	(60.342)	(54.956)

Despesas com logística e distribuição		
Despesas c/ Funcionários e Serv. Terceiros.....	(80.156)	(70.150)
Despesas da Estrutura	(10.347)	(11.537)
	(90.503)	(81.687)

• Com objetivo de melhor apresentar as despesas operacionais da companhia, a administração reclassificou as despesas com Aluguel, condomínio e IPTU, apresentados anteriormente em 31 de dezembro de 2011, na linha de despesa de "Logística e distribuição" para "Gerais e administrativas" na Demonstração de Resultados da Controladora e Consolidado, no montante de R\$ 9.782 no exercício.

28. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2012 a cobertura de seguros estava distribuída da seguinte forma:

Itens cobertos	Tipo de cobertura	Limite máximo de indenização
Instalações, equipamentos e estoques	Incêndio/Raio/Explosão	172.400
Instalações, equipamentos e estoques	Riscos diversos	11.372
Lucros cessantes(Despesas fixas, perda de lucro líquido)	Riscos diversos	57.000
Terceiros.....	Responsabilidade civil	319
Total		241.091

29. Avais, fianças e garantias

A Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2012, fianças nos Bancos Santander e Safra, no montante de R\$ 4.230 (R\$ 5.730 no exercício de 31 de dezembro de 2011), relacionadas às suas operações junto aos seus fornecedores, cujas taxa média anual de contratação é de 1% do total das referidas operações e são renovadas anualmente entre janeiro e abril de 2012.

30. Eventos Subsequentes

• Em 17 de janeiro de 2013 a Profarma celebrou contrato para aquisição de 100% das ações da CSB Drogarias S.A., o que totaliza R\$ 87,0 milhões, líquidos dos saldos de dívida e caixa, nesta mesma data. A aquisição ocorrerá após a aprovação da operação pelo CADE, quando também ocorrerá o pagamento. A Companhia ainda aguarda esta aprovação. Esta empresa, opera no varejo farmacêutico do Rio de Janeiro com 85 lojas utilizando as marcas Drogasmil e Farmalife. • Em 30 de janeiro de 2013 a Profarma celebrou contrato para aquisição de 50% do capital da Rede de Drogarias Tamoio, por meio de aporte primário de R\$ 62,3 milhões e secundário de R\$ 43,1 milhões, a serem pagos após aprovação do CADE, representando um múltiplo EV/ Ebitda (2013E) de 7,5x. Os 50% do capital total remanescente, quando adquiridos, serão valorizados a um múltiplo EV/Ebitda de 7,5x com relação aos doze meses anteriores à data da aquisição. O foco em suas 57 lojas é comercializar medicamentos, produtos de perfumaria e higiene pessoal, tendo como diferencial sua forte atuação nos segmentos de beleza e cosméticos. A Companhia ainda aguarda a referida aprovação do CADE para concluir a aquisição. • Em 14 de fevereiro de 2013 a Profarma aprovou realização da sua primeira emissão de notas promissórias comerciais, com garantia real, em série única ("Emissão" e "Notas Promissórias"), respectivamente, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476" e "Oferta Restrita", respectivamente). Serão emitidas até 10 (dez) Notas Promissórias, com valor nominal unitário de R\$ 10, totalizando, na Data de Emissão (conforme abaixo definida), o valor de até R\$ 100.000. • A Profarma celebrou, em 21 de fevereiro de 2013, Joint Venture com a FF Group Participações S.A. ("Nutrilatina") para a criação da Supernova Comércio Atacadista S.A. ("Supernova"), com Capital Social inicial de R\$ 300. A Supernova será uma plataforma de distribuição dos produtos da Nutrilatina, utilizando toda a expertise da Profarma no segmento. Com esta operação, a Profarma passa a comercializar com exclusividade os produtos Nutrilatina para o varejo farmacêutico e marca sua entrada, também com distribuição exclusiva, em um novo canal que conta com cerca de 1.500 body shops - lojas de suplementos alimentares e esportivos. Esta operação viabiliza a introdução da Cia no segmento de produtos voltados ao bem-estar, gerenciamento de peso, suplementação esportiva e estética, que apresenta margens superiores às praticadas em produtos farmacêuticos. Adicionalmente, a Nutrilatina, por meio da logística Profarma, aumenta a distribuição e a eficiência na entrega em todo o Brasil, melhorando a capilaridade de seus produtos. A Joint Venture será composta por 35% de participação da Profarma, 35% da Nutrilatina e mais 30% do Sr. Leonardo Chiacchio. A Profarma terá a opção de compra dos 30% pertencentes a Leonardo Chiacchio após quatro anos, condicionado a renovação do contrato de distribuição dos produtos Nutrilatina por mais cinco anos. • Em 15 de março de 2013, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a realização da sua primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real adicional, em série única ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476" e "Oferta Restrita", respectivamente). Serão emitidas até 20.000 Debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 10, totalizando, na data de emissão que será 08 de abril de 2013, o valor de até R\$ 200.000, com vencimento em 08 de março de 2018.

31. Aprovação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 26 de março de 2013.

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA	
Diretor Presidente	Sammy Birmarcker
Diretor Executivo	Maximiliano Fischer
Membros do Conselho de Administração	Sammy Birmarcker Manoel Birmarcker Armando Sereno Dan Ioschpe Fernando Perrone
Membros do Conselho Fiscal	Jorge Ribeiro dos Passos Rosa Gilberto Braga Elias de Matos Brito
Contadora	Cátia Campos VICTER RODRIGUES CRC-RJ 078.195/O-3

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O CONSELHO FISCAL DA PROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, de acordo com o disposto no artigo 163, da Lei nº 6.404/1976, examinou o relatório anual da administração, as demonstrações financeiras, o orçamento de capital e o demonstrativo dos órgãos da administração para a destinação do resultado, todos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012. Com base nos documentos examinados, nas análises levadas a efeito e nos esclarecimentos apresentados por representante da Companhia e tendo em conta, ainda, o parecer dos auditores externos, Deloitte Touche Tohmatsu, datado de 26 de março de 2013, o CONSELHO FISCAL, por unanimidade, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apresentados à Assembleia Geral de Acionistas para deliberação.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2013.

DECLARAÇÃO:

Os diretores da Profarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos S.A. e de suas controladas, abaixo assinados, declaram que, em reunião realizada nesta data, revisaram e discutiram as Demonstrações Financeiras da Companhia (Controladora e Consolidado) e o respectivo parecer dos auditores independentes, tendo aprovado os referidos documentos e deliberado encaminhar ao Conselho de Administração proposta de sua aprovação por aquele órgão.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2013.

Sammy Birmarcker Presidente	Maximiliano Fischer Diretor de Relações com Investidores	Jorge Ribeiro dos Passos Rosa Presidente do Conselho Fiscal,	Gilberto Braga Membro do Conselho Fiscal	Elias de Matos Brito Membro do Conselho Fiscal
---------------------------------------	--------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------	----------------------------------------------------------

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Profarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Profarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Profarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Profarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2013

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ
Marcelo Cavalcanti Almeida
Contador
CRC nº 1 RJ 036.206/O-5